
ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE SINALIZAÇÃO À CPCJ

(Apenas se deve considerar como sugestão).

1. Composição e estrutura do núcleo familiar: especificar número de membros, idades, relação de parentesco entre os mesmos, tipo de relação, papéis principais.

2. História familiar e antecedentes de perigo para a criança: expor cronologicamente a história da família, destacando os aspetos mais significativos, formação do casal, falecimentos, ruturas, nascimento dos filhos, situações de crise... Nesta parte também há que fazer referência a possíveis situações anteriores de perigo, adoção de medidas de apoio à família e medidas de proteção à(s) criança(s) (e.g. colocação institucional, famílias de acolhimento,...).

Situação atual de criança e da família

3. Tipo de situação de perigo: tipo de mau trato (abuso), abandono ou negligência, gravidade da situação, probabilidade de se repetir, etc., assim como consciência que a família tem da existência do problema.

4. Características da criança: fazer referência a características significativas da criança ou jovem, como a idade, vulnerabilidade, desenvolvimento evolutivo, saúde física e mental, características comportamentais, adaptação e rendimento escolar e tipo de vinculação estabelecido com o seu cuidador principal. Relativamente ao contexto escolar, especificar em que ano está, se há ou houve absentismo escolar, problemas de atraso, participações de disciplina... Em relação aos adolescentes indicar se houve início de atividade laboral ou pré-laboral, contratos, rendimento, assistência, etc..

5. Características dos pais caso se conheçam: fazer referência às suas características individuais em áreas como a saúde mental e física, as capacidades intelectuais, as características comportamentais (comportamento (s) aditivos, antissocial, violento, etc.) e os recursos de que dispõem para enfrentar o (s) problema (s) subjacente (s) à situação de perigo.

6. Competência parental dos pais: fazer referência a aspetos como a (in) capacidade dos pais para conhecerem e satisfazerem as necessidades da criança, as expectativas dos cuidadores em relação ao comportamento dos filhos, as práticas de disciplina utilizadas.

7. Situação socioeconómica: indicadores relacionados com a situação económica dos pais, De igual modo, neste ponto informar-se-á acerca das fontes de apoio social (e.g. RSI) caso se conheçam é evidente.

8. Atuações/Intervenções realizadas: descrição das intervenções que já foram realizadas com a criança e com os pais pelas ECMIJ (entidades com competência em matéria de infância e juventude- escola) e outros recursos. Também se informará sobre os objetivos da intervenção e os resultados que foram alcançados.

9. Documentação que se anexa: Assinalar a documentação que se apresentar juntamente com o relatório de sinalização à CPCJ.

